

Ficha de Unidade Curricular

Curso de MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

1. Nome da Unidade curricular:

Justiça Internacional

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: 196 / 40 TP

Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Ana Soares Pinto – 2h semanais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/a

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

No final da presente unidade curricular, pretende-se que o estudante adquira as seguintes competências:

- a) Capacidade de identificar, compreender e analisar criticamente os diferentes sistemas de justiça internacional de índole jurisdicional;
- b) Capacidade de investigar;
- c) Capacidade de analisar criticamente a jurisprudência dos tribunais internacionais e o seu papel na resolução de controvérsias internacionais;
- d) Capacidade de relacionar os diferentes sistemas de justiça internacional;
- e) Capacidade de relacionar os diferentes sistemas de justiça internacional e a ordem jurídica nacional;
- f) Capacidade de identificar, compreender e analisar criticamente os atuais desafios da justiça internacional.

6. Conteúdos programáticos:**1. INTRODUÇÃO**

1.1.A resolução de controvérsias internacionais: fundamento, princípios, meios de resolução pacífica de controvérsias internacionais

1.2. Justiça internacional: conceito, tipologias, elementos estruturantes

1.3. Em especial, tutela cautelar

2. JUSTIÇA INTERNACIONAL UNIVERSAL

2.1. Justiça de âmbito genérico: TIJ

2.2. Justiça especial

2.2.1. Justiça internacional penal: Tribunal Penal Internacional

2.2.2. Justiça internacional do mar: Tribunal Internacional de Direito do Mar

3. JUSTIÇA INTERNACIONAL REGIONAL

3.1. Justiça de âmbito genérico: Europa: Tribunal de Justiça da União Europeia

3.2. Justiça especial.



3.2.1. Proteção dos direitos humanos.

3.2.1.1. Europa: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

3.2.1.2. América: Corte Interamericana de Direitos Humanos

3.2.1.3. África: Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos

4. A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE JUSTIÇA INTERNACIONAL

5. A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE JUSTIÇA INTERNACIONAL E A ORDEM JURÍDICA NACIONAL

6. JUSTIÇA INTERNACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Esta unidade curricular tem como objetivo proporcionar aos estudantes uma introdução aos principais sistemas de justiça internacional contemporânea de índole jurisdicional - universais e regionais, de âmbito genérico e de âmbito especializado. Pretende-se construir um espaço de debate crítico que fomente a reflexão e a análise crítica dos atuais sistemas de justiça internacional, do seu papel na resolução de controvérsias internacionais, em especial, da tutela cautelar e na resposta aos desafios do início do século XXI.

8. Metodologias de ensino:

Introdução teórica, através do método expositivo, a cada conteúdo programático. Discussão e análise crítica de elementos previamente distribuídos aos mestrandos: textos constitutivos dos sistemas de justiça internacional, diplomas que regulam a respetiva tramitação processual, jurisprudência. Apresentação individual de jurisprudência e elaboração de trabalho escrito individual.

9. Avaliação:

Avaliação: participação nas aulas, designadamente, apresentação de jurisprudência (apresentação com duração máxima de 10m), contributo para a discussão em aula e trabalho escrito de investigação (máximo de 10 páginas) (50%); teste escrito (50%).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A introdução teórica, através do método expositivo, a cada conteúdo programático visa assegurar a aquisição dos conhecimentos necessários à identificação e compreensão dos principais sistemas de justiça internacional, bem como dos seus principais desafios. A discussão e análise crítica dos textos constitutivos dos sistemas de justiça internacional, dos diplomas que regulam a respetiva tramitação processual, da jurisprudência; a apresentação individual de jurisprudência e a elaboração de um trabalho escrito permitem o desenvolvimento de capacidade de análise crítica dos sistemas de justiça internacional (na teoria e na prática) e da sua articulação com os demais sistemas de justiça internacional e com as ordens jurídicas nacionais, permitindo o envolvimento nos atuais debates sobre os desafios e as perspetivas de evolução dos sistemas de justiça internacional.

11. Bibliografia principal:

Português:

- Mesquita, Maria José Rangel de. *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, AAFDL, 2010; , *Justiça Internacional. Lições, Parte II – Justiça internacional regional, Justiça regional especializada em matéria de Direitos Humanos, Introdução – Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020; *Introdução ao Contencioso da União Europeia, Lições*, 4.^a. ed., Coimbra, Almedina, 2022.

Inglês:

- Amerasinghe. *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, 2003; *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff Publisher, 2009.
- Knoops. *An Introduction to the Law of International Criminal Tribunals: A Comparative Study*, 2.^a ed., Brill, 2014
- Mackenzie, Ruth *et al.* *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed. Oxford University Press, 2010.
- Merrills. *International Dispute Settlement*, 7.^a ed., Cambridge University Press 2022.
- Schabas, William / Shannonbrooke, Murphy (ed.). *Research Handbook on International Courts and Tribunals*, Edward Elgar Publishing, 2017.
- Schabas, Willliam. *An introduction to the international criminal court*, 6.^a ed. Cambridge University Press 2020.
- Squatrito, Theresa *et al.* (ed.). *The performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge University Press, 2018.
- Tanaka, *The Peaceful Settlement of International Disputes*, Cambridge University Press, 2018.

Outros materiais indicados em aula.

12. Observações:

O ensino da unidade curricular integrará o ensino e a investigação do Módulo Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” (2022-2025, Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation).

Curricular Unit Sheet

Course MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA / MASTER IN LAW AND LEGAL SCIENCE

1. Curricular Unit Name:

International Justice

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual
Work hours: 196 / 40 TP
Credits ECTS: 7

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Ana Soares Pinto

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

N/a



5. Learning outcomes of the curricular unit:

It is intended that, at the end of this curricular unit, the student acquires the following competences:

- a) Build a solid understanding and a critical knowledge of the main international justice systems (international courts);
- b) Ability to investigate;
- c) Critical knowledge of the international courts' caselaw and their role in contributing to the international settlement of disputes;
- d) Ability to articulate the main international justice systems;
- e) Ability to articulate the main international justice systems and national legal orders;
- f) Build a solid understanding and a critical knowledge of the current challenges of the international justice systems.

6. Syllabus:

- 1. INTRODUCTION
 - 1.1 Settlement of international disputes: legal basis, principles, means of settlement of international disputes
 - 1.2 International Justice: concept, categories and structural elements
 - 1.3. Provisional measures issued by International Courts
- 2. UNIVERSAL INTERNATIONAL JUSTICE
 - 2.1 General scope: ICJ
 - 2.2 Special scope
 - 2.2.1 International Criminal Law: ICC
 - 2.2.2 Law of the Sea: ITLOS
- 3. REGIONAL INTERNATIONAL JUSTICE
 - 3.1 General scope
 - 3.1.1. Europe
 - 3.2 Special scope
 - 3.2.1 Protection of human rights
 - 3.2.1.1 Europe (ECtHR)
 - 3.2.1.2 America (IACHR)
 - 3.2.1.3 Africa (ACourtHPR and beyond)
- 4. The interaction between international justice systems
- 5. THE INTERACTION BETWEEN INTERNATIONAL JUSTICE SYSTEMS AND NATIONAL LEGAL ORDERS
- 6. INTERNATIONAL JUSTICE: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

This course aims at offering an overview and thorough analysis of the main international justice systems – universal and regional, with a general and a specific scope. It is intended to be a space for critical debate that stimulates reflection and critical knowledge on the current challenges of international justice systems, the role international courts play in the settlement of international, in particular, provisional measures and how international courts are responding to the challenges of the XXI century.

8. Teaching methodologies:



Theoretical introduction to each subject through the expositive method. Discussion and analysis of previously assigned reading material: instruments establishing the international courts, texts governing procedure, caselaw. Individual case briefing and a written paper.

9. Evaluation

Evaluation: continuous assessment, namely case briefing (10m maximum), contributing to class discussion and a written paper (50%); written exam (50%).

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

Theoretical introduction to each subject through the expositive method is used as a starting point, followed by a debate and critical discussion seminars and individual case briefing and written paper are methodologies that ensure the achievement of the learning outcomes.

11: Main Bibliography:

Portuguese:

- Mesquita, Maria José Rangel de. *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, AAFDL, 2010; , *Justiça Internacional. Lições, Parte II – Justiça internacional regional, Justiça regional especializada em matéria de Direitos Humanos, Introdução – Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020; *Introdução ao Contencioso da União Europeia, Lições*, 4th ed., Coimbra, Almedina, 2022.

English:

- Amerasinghe. *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, 2003; *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff Publisher, 2009.
- Knoops. *An Introduction to the Law of International Criminal Tribunals: A Comparative Study*, 2nd ed., Brill, 2014
- Mackenzie, Ruth et al. *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2nd ed. Oxford University Press, 2010.
- Merrills. *International Dispute Settlement*, 7th ed., Cambridge University Press 2022.
- Schabas, Willliam / Shannonbrooke, Murphy (ed.). *Research Handbook on International Courts and Tribunals*, Edward Elgar Publishing, 2017.
- Schabas, Willliam. *An introduction to the international criminal court*, 6th ed. Cambridge University Press 2020.
- Squatrito, Theresa et al. (ed.). *The performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge University Press, 2018.
- Tanaka, *The Peaceful Settlement of International Disputes*, Cambridge University Press, 2018.

Other previously assigned materials.

12: Remarks:

The teaching activity will be part of the teaching and research activities of the Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” - (2022-2025, Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation).